



Anais da Assembléia

N.º 150

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 149ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, Secretariada pelos Senhores Deputados Palácios e Mário Celso.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI N.º 96/80, Mensagem Governamental n.º 45/80, anexa à Mensagem Governamental n.º 80/80, que institui o Plano de Classificação de Cargos ao Funcionalismo Público Civil do Estado e para o Projeto de Lei n.º 69/80, Mensagem Governamental n.º 158/70, que visa alterar a legislação do BADEP.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, que seja inserido nos Anais desta Casa um voto de congratulações pela passagem no último dia 29 de novembro de 1980, do décimo-sexto aniversário de emancipação política de Santa Isabel do Oeste.

Requer-se, ainda, que da decisão do Plenário se dê conhecimento ao Dr. Humberto Gomes, ilustre Prefeito Municipal, a todos os Srs. Vereadores daquele município, bem como a Rá-

dio Danúbio Azul.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Em meio a grandes comemorações e inaugurações, o povo comemorou, no último dia 29, os dezesseis anos de emancipação político-administrativa de Santa Isabel do Oeste.

Um dos pontos altos das solenidades, foi a entrega à população de Santa Isabel de um moderno módulo esportivo – o primeiro a ser entregue entre todos os municípios do Paraná.

Esse módulo foi edificado com recursos da Prefeitura Municipal – na sua grande maioria – e parte da Caixa Econômica Federal e do Governo do Estado. É uma obra que embeleza a cidade e engrandece a administração profícua do ilustre Prefeito Municipal, Dr. Humberto Gomes, que vem realizando uma administração modernizadora e, dentro de seus poucos recursos, atendendo a todas as justas aspirações do povo de Santa Isabel do Oeste.

Entre tantas obras que o Prefeito Humberto Gomes vem executando com tanto dinamismo, destacam-se: a construção de uma moderna praça central, arborizada e iluminada, edificação de inúmeras salas de aulas em alvenaria, conseguindo levar eletrificação rural ao campo, Posto Avançado do Banco do Brasil, entre tantos outros benefícios que o atual Prefeito já concretizou em seus quase quatro anos de administração.

Assim sendo, impossibilitado de estar presente, como era de meu desejo, nas solenidades de aniversário de Santa Isabel do Oeste, desejo que esta Casa junte o seu sentimento de júbilo com aquela população e envie os seus cumprimentos ao seu Prefeito pela sua administração, honrada e realizadora de grandes obras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER o encaminhamento de apelo, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de serem tomadas providências a fim de que as certidões negativas do FUNRURAL, sejam fornecidas pelo órgão local, como se procedia anteriormente, já que o agricultor não tem possibilidades financeiras de se deslocar a outros centros regionais para obter o referido documento.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja dirigido apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, no sentido da criação, na sede do Município de Prudentópolis, de uma Escola Agrícola, destinada a atender a numerosa população constituída de filhos de agricultores, que atualmente ou se encaminham para cursos divorciados de sua realidade, ou são obrigados a procurar outras localidades dotadas de tal curso. De qualquer forma, quem perde é o município e a continuidade de seu progresso agropecuário, caso não atendida essa justíssima reivindicação.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação apelo no sentido de ser realizado, na sede do Município de Prudentópolis, o Curso de Estudos Adicionais, com o objetivo de facilitar a frequência dos professores ali radicados que, de outra forma, teriam de suportar ônus de diversas ordens para cumpri-lo em outra localidade.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao jornal "Diário Popular", pela realização da promoção CHUTEIRA DE OURO, em seu quarto ano de absoluto sucesso.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Premiando os melhores do futebol paranaense, revelando nomes, apontando ídolos, fazendo justiça e principalmente incentivando o nosso mundo esportivo, o jornal "Diário Popular", através do seu departamento de esportes, brilhantemente comandado pelo jornalista Costa Lima, está realizando a festa da "Chuteira de Ouro", premiando os destaques de uma temporada. Trata-se da quarta edição desta já consagrada premiação. Centenas de nomes famosos foram apontados, saindo da relação uma seleção de 25 personalidades que honrosamente estarão recebendo o símbolo oficial da consagração: "Chuteira de Ouro 1980".

Estarão sendo homenageados: Nelso Vitorelo (Cascavel), Waldomiro Perine (Pinheiros), Hélio Alves (Pinheiros), Borba Filho (Cascavel), Enzo Escaletti (Colorado), Esdras Leitão (Pinheiros), Bráulio Zanoto (Matsubara), Roberto (Atlético), Paulinho (Pinheiros), Gardel (Coritiba), Toninho Carlos (Matsubara), Ricardo (Pinheiros), Didi (Pinheiros), Ademir (Toldo), Buião (Colorado), Paulinho (Cascavel), Aladim (Coritiba), Zico (Cascavel), Nelo (Cascavel), Osni (Pinheiros), Guerra (Operário) e Nelsinho (Bandeirantes).

Com este voto de aplauso o Paraná saúda a todos os escolhidos, cumprimentando os coordenadores da festa pela acertada escolha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de aplausos à Associação Comercial e Industrial de Cascavel e à Associação dos Engenheiros Agrônomos, Núcleo de Cascavel, pela realização dia 3 de dezembro, reunião e debates sobre "O Futuro do Trigo no Brasil".

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) DAVID CHERIÊGATE

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel e Associação dos Engenheiros Agrônomos realizarão no próximo dia 3 de dezembro, às 8:00 horas, na Câmara Municipal de Cascavel, reunião conjunta e debates sob a denominação "O Futuro do Trigo no Brasil", com autoridades responsáveis pela política do trigo em nosso País, visando, desta forma, dar a conhecimento público das reais intenções do Governo com relação a esta cultura, pois o nosso produtor encontra-se hoje totalmente desinformado e duvidoso com a propalada prioridade à agricultura anunciada efusivamente pelo Governo Fe-

deral.

Participarão dos debates:

Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR;

Centro Nacional de Pesquisa do Trigo - CNPT;

FECOTRIGO;

Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB;

Gerência Nacional do Trigo - Ministério da Agricultura;

Secretaria da Agricultura do Paraná;

Departamento de Comercialização do Trigo Nacional

CTRIN;

Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvida a Casa, que a Secretaria de Segurança forneça a necessária frota de veículos ao destacamento da Polícia Militar, lotado no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia vem prestando relevantes serviços à população paranaense quanto à manutenção da ordem e da segurança públicas, já na prevenção quanto à repressão do crime. Além disso, presta serviços de natureza social, no atendimento às vítimas de enchentes etc. Tudo isso acarreta a estima e o respeito da coletividade que a Polícia Militar oferece em todos os recantos do Estado.

Para o bem desempenho de suas tarefas, a Polícia Militar precisa contar com suficientes recursos materiais, sem o que fica inibida na sua ação preventiva ou repressora. As consequências da falta de recursos, temos observado no Município de Cianorte, cujo brioso destacamento daquela corporação não dispõe sequer de veículos para locomover-se, em caso de necessidade.

Por esse motivo, justifica-se plenamente o nosso requerimento, dirigido à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que providencie uma frota adequada de veículos para o contingente da Polícia Militar sediado em Cianorte. Temos de considerar a importância da situação geográfica daquele município, a meio caminho da fronteira com País estrangeiro, e que pode dar grande contribuição, através de suas autoridades policiais, ao combate ao contrabando, ao tráfico de tóxicos e a outros crimes de igual amplitude.

O requerimento em apreço se ajusta plenamente aos dispositivos de lei, e visa beneficiar uma grande comunidade paranaense, razão pela qual há de ter aprovação unânime dos nobres Representantes do povo.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Aos funcionários que comprovadamente exerciam por mais de 2 (dois) anos, em 27 de dezembro de 1979, as funções de Secretário de Comissão e de Assessor Técnico Legislativo, fica assegurado o direito de enquadramento, nos cargos correspondentes aos níveis AL-102.5 e AL-101.2, respectivamente, por transformação de cargos.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Mário Celso, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Palácios e Gabriel Sampaio

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários que ora se pretende atender vêm desem-

penhando essas funções a longo tempo. Alguns há mais de 10 anos.

Tratam-se de funcionários que contam, em média, com mais de 20 anos de serviço.

Recentemente, através do Projeto de Resolução n.º 48/80, esta Casa corrigiu as situações dos ocupantes de cargos de provimento em Comissão, pertencentes a simbologia DAS, alterando a Lei 7.098/79 elevando para o DAS-3 os cargos DAS-4.

A emenda que ora propomos objetiva assegurar que os funcionários que exerciam aquelas funções mencionadas e que não tiveram as suas situações analisadas na época, possam, no futuro, terem as suas situações reconhecidas, levando-se na linha de conta, que vinham e ainda vêm, na prática, exercendo as mesmas atividades de outros funcionários, os quais foram enquadrados em níveis mais elevados, porém, com tratamentos totalmente diferenciados.

Não se pretende com a presente emenda atribuir o mesmo nível dos enquadrados anteriormente. Tão somente, uma vez aprovada a emenda, resta uma expectativa de poder serem enquadrados nos níveis iniciais daqueles.

Também não haverá prejuízo para os demais funcionários que aguardam promoções, tendo em vista que a correção uma vez realizada, será através do instituto da transformação de cargos. E como bem diz a palavra, apenas transforma os seus cargos. Os seus cargos é que são transformados. Equivalendo dizer que não estão sendo criados cargos. O que poderia obstaculizar a iniciativa. E como os seus cargos é que estão sendo transformados, não irão, dessa maneira, ocupar as vagas destinadas ao acesso dos demais.

Além disso, os seus atuais cargos, ao serem transformados, ficarão automaticamente extintos.

Pretende-se, assim, evitar a continuação indefinidamente de um tratamento diferenciado entre pessoas que executam, na prática, os mesmos serviços.

Também cuidou-se de estipular o tempo de 2 (dois) anos, uma vez ser o princípio mais usualmente utilizado em todas as Legislações de Pessoal. No âmbito Federal e dos Estados. Inclui-se previstas nas Mensagens que tratam de segmentos do Poder Executivo, oriundas de Mensagem Governamental.

Cumpra ressaltar o fato de que a melhor doutrina no campo da administração privada e pública, no que se relaciona a políticas de recursos humanos, assinalam que, em média, demanda cerca de 13 anos para que o funcionário conheça bem a cultura da organização, possibilitando um melhor desempenho e, que dessa maneira, deve haver um aproveitamento preferencial dos recursos humanos existentes, através da sua valorização, como forma estratégica dos órgãos e instituições atingirem os seus objetivos.

De outro modo, a mesma doutrina estima em 5 (cinco) anos a total desatualização dos formados em curso superior, caso não se submetam, freqüentemente, a reciclagem.

Em nosso entendimento, trata-se de uma situação realista e que vêm proporcionar maiores estímulos a funcionários que não vislumbram horizontes na função pública e se sintam motivados para um melhor desempenho da instituição como um todo, assumindo outros encargos que não somente atribuições rotineiras; não se cingindo às suas funções, no desejo de se elevar dos níveis iniciais que se pretende enquadrá-los.

Cabe salientar, ser presumível pensar que funcionários com mais de 20 anos de serviço público, exercendo as funções há mais de 2 (dois) anos e, na maioria dos casos, entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos, estejam suficientemente aprovados. Caso contrário, certamente os dirigentes públicos, no seu indispensável zelo, teriam-nos feito retornar às antigas funções.

A medida tem por escopo, igualmente, reconhecer a "mobilidade funcional" como forma de otimizar o aproveitamento de recursos humanos por parte do Estado, como estratégia prioritária para um melhor desempenho dos organismos, numa

permanente evolução.

Para o funcionário representa a possibilidade de continuar evoluindo no serviço público, eis que serão enquadrados em níveis iniciais, enquanto para a administração, possibilita o imediato aproveitamento de pessoal treinado, com grandes conhecimentos e experiência da Casa.

Não poderíamos deixar de alinhar o fato, de que situações assemelhadas estão sendo tratadas no Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, em tramitação nesta Casa, que prevê medidas idênticas e análogas, usando do instituto da transformação de cargos quando são poucos os servidores a serem enquadrados. Veja-se os casos dos funcionários da Secretaria de Estado das Finanças e da Coordenadoria de Rendas Estaduais (art. 24), para aqueles que até 1.º de março de 1980 cumpriam os requisitos da Lei n.º 7.051, de 04/12/79.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 178/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os seguintes cargos de provimento em Comissão:

1 (um) cargo de Coordenador Geral do Serviço de Segurança, Símbolo D.A.S.-5;

1 (um) cargo de Assistente Técnico da Mesa, Símbolo D.A.S.-5;

1 (um) cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, Símbolo 1-C;

2 (dois) cargos de Assistente de Cerimonial, Símbolo 6-C;

1 (um) cargo de Intérprete de Cerimonial, Símbolo 6-C.

Art. 2.º — Excetuados os cargos de Coordenador Geral do Serviço de Segurança, Assistente de Cerimonial e Intérprete de Cerimonial, os cargos de que trata o artigo anterior são privativos de funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) FABIANO BRAGA CORTES

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 179/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revigorado o prazo instituído pela letra "b" do Art. 108, da Lei Complementar n.º 7, de 22/12/76.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, nos quadros das Secretarias da Educação e Secretaria da Cultura, existem aproximadamente 6 (seis) funcionárias com o Curso de Jornalista e no pleno exercício daquelas funções, e que estão impedidas de retornar e optar pelos benefícios do Estatuto do Magistério às funções dentro do Magistério. Assim com o revigoramento do prazo estabelecido no citado Art. 108 estará propiciado o retorno para a opção e assim garantir os benefícios citados no Estatuto do Magistério. Pois o Plano de Classificação de Cargos que atualmente tramita nesta Casa, prevê a readaptação apenas para os pertencentes ao Quadro Único do Funcionalismo Público Civil. Este é o plano de lei que ora apresentamos à consideração desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença, hoje, na tribuna, prende-se ao fato de exaltar, daqui, um companheiro nosso.

É necessário que os homens se admirem uns aos outros porque, à medida que cessa o culto ao talento, se inicia o culto à mediocridade. Eu prefiro cultivar os talentos.

É muito importante títulos recebidos e troféus adquiridos através de um trabalho. Todo final de ano, são premiados jogadores de futebol, jornalistas, artistas e também políticos.

Entendo que é muito importante tal tipo de premiação, porque vem coroar todo um trabalho sério, um trabalho calçado no respeito àqueles que nos elegeram.

E a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebeu – tenho certeza – com satisfação, a premiação, de um dos mais dignos parlamentares, como “Deputado do Ano”, apontado por aqueles que nos fiscalizam mais diretamente, apontado pelos integrantes do nosso Comitê de Imprensa. E quando o nosso Comitê se reúne, é importante a sua decisão, porque ela reflete, realmente, a avaliação daqueles que estão, diariamente, assistindo às sessões e convivendo conosco a cada dia de trabalho.

E dessa pesquisa resultou como “Deputado do Ano”, nosso companheiro dinâmico, vibrante e inteligente Deputado Nelson Friedrich.

Quero, desta tribuna, cumprimentar o Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa que escolheu, com muita justiça, o nome de Nelson Friedrich como parlamentar de melhor atuação nesta Casa Legislativa, sem desmerecer os demais companheiros, porque, todos sabemos que cada um tem a sua maneira de trabalhar, cada um tem o seu tipo de exercer politicamente a sua função; uns trabalhando mais em gabinete – aliás, uns sendo até muito úteis à coletividade trabalhando em seus gabinetes –; outros trabalhando em suas bases eleitorais e outros com atuação nas bases, nos gabinetes e também na tribuna.

Com atuação neste plenário, o Deputado Nelson Friedrich, sem sombra de dúvidas, realmente merece este destaque, este honroso destaque, porque parte desses elementos que estão convivendo conosco diariamente, com esses elementos que integram o Comitê de Imprensa e que representam todos os meios de comunicação da nossa Capital e do interior do Estado.

Então, mais uma vez, ilustre Presidente, nobres companheiros, deixo registrada nossa satisfação, satisfação da bancada e, tenho certeza, também de todos os Srs. Deputados e da Casa, pela escolha do Deputado Nelson Friedrich como “Melhor Deputado do Ano de 1980”.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O povo uruguaio deu uma demonstração de altivez e consciência política, ao repudiar as soluções da ditadura militar que esmaga a sua autodeterminação política e sua independência nacional. Mesmo sob condições adversas, em que não pôde discutir e analisar os problemas nacionais, o bravo povo uruguaio mostrou que não se curva ante os tões dos latifundiários e da tecnocracia militar e civil aliada aos grandes negócios.

No Chile, na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, no Uruguai e no Brasil temos convivido com os grupos pára-fascistas que tomaram o poder e assumem o governo, procurando resolver as contradições de nossa dependência dos países imperialistas e dos grupos monopolistas internacionais, com a via de compromisso com esses países e grupos, impondo aos povos

desses países a cidadania de segunda classe, dominando-os e explorando-os a níveis de opressão intoleráveis.

Bravo povo uruguaio.

Um sonoro não ressoou pela coxilhas, na haciendas, e chegou até os porões da ditadura militar. Ressoou pelos gabinetes dos grupos de conspiradores a serviço dos interesses internacionais. Entrou pela porta do chefe Aparício Mendez, o titular civil da 1.ª Zona Militar do Uruguai.

Quando a poeira da história assentar, cantaremos um dia a história da resistência patriótica de brasileiros, uruguaios, chilenos, argentinos, paraguaios, bolivianos e outros povos do continente contra a opressão e a exploração dos grupos imperialistas e monopolistas. Cantaremos a história da traição nacional dos grupos civis e militares que se bandearam para o inimigo e passaram a ser os sátrapas e verdugos de seus próprios irmãos patrícos.

O repúdio do povo uruguaio foi retumbante: em quase dois milhões de votos, apenas 600 mil apoiaram o projeto, e assim mesmo não quer dizer que apoiem o sistema e o regime: alguns consideraram, com invocações pragmáticas, como o caminho para a reinstitucionalização do Uruguai.

O povo uruguaio disse “não” à opressão e exploração; à comandita antinacional que dirige seu país; aos grupos antipopulares que impuseram uma situação política, e social que envergonha uma nação de tantas tradições respeitáveis no Continente.

Bravo povo uruguaio a nossa saudação comovida. Pelo que fizeram em favor de seu país; pelo Cone Sul agravado pelos mesmos males que estão enfrentando; e pelo que representa seu voto para as liberdades democráticas e populares no Mundo.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito no Grande Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ano de 1980 apresentou para toda a Nação brasileira, a par de uma série de reivindicações que a sociedade civil, através dos seus mais expressivos segmentos na área da produção, na área da prestação de serviços, na área do trabalho, segmentos sociais reivindicando e exigindo um novo equilíbrio dentro do quadro social brasileiro que se caracterizou fundamentalmente, por dezesseis anos de autoritarismo, onde foi evidentemente privilegiado o setor do capital, principalmente do grande capital multinacional, em detrimento das forças do trabalho, e quando a História, Senhores Deputados, for fazer um julgamento objetivo, analítico e crítico sobre esses quase dezessete anos de autocracia, mantida pelo terror, mantida pela arbitrariedade, mantida pela mesma força militar e armada que do poder se apossou na noite fatídica de 31 de março de 1964; quando a História for fazer esta análise objetiva, certamente haverá de dar um destaque todo especial ao tratamento que este autoritarismo deu, Sr. Presidente, ao componente psico-social da Nação, principalmente à educação brasileira como o grande instrumento ideológico que a Nação deveria ter.

De crise em crise a educação brasileira veio se arrastando e de crise em crise, minando foram também, as dotações orçamentárias para o setor que se não é o mais importante da vida nacional, entretanto é o que implica num alicerce mais profundo, mais necessário e mais instrumentalizador, Sr. Presidente, para as gerações que aí estão e para as gerações que estão vindo.

O Sr. Mário Celso – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Na verdade, há dezesseis anos que os homens se revesam no Poder, provocando um desencanto total, um desencanto popular muito grande.

A educação no Brasil, o ensino no Brasil, está realmente com a falência decretada. O ensino básico foi liquidado nos últimos 20 anos, as faculdades hoje estão repletas de futuros analfabetos. O Ministro da Educação, o ex-Ministro que recentemente deixou o cargo, é o autor dessas palavras. Ele declarou que a educação no Brasil está falida e que só de uma dessas universidades, a do Rio de Janeiro, seis mil estudantes de engenharia, de lá sairão aptos a derrubar prédios, pontes e viadutos. Das faculdades de Direito, sairão advogados prontos a perder as mais nobres causas. Das faculdades de Medicina, sairão doutores dispostos a matar doentes. Das faculdades de Letras, sairão jovens formados de canudos em punho, mas rigorosamente iletrados. Das faculdades de Comunicação, não é bom falar, são fábricas de analfabetos. Enquanto isso, o ensino básico foi liquidado. Palavras do Ministro Portella.

Há milhões de crianças na idade escolar fora da escola, é um crime, um crime contra o futuro desta Nação. Pois não se constrói uma potência como queremos fazer do Brasil, apenas com o crescimento do produto interno bruto, com a indústria sofisticada e incapaz de exportar, pois é quase toda filial de multinacional. Nós estamos assim montados num esquema para viver um País imaginário, um País elitista de alta classe média para cima, um País de minorias privilegiadas, de doutores analfabetos, de indústrias ou industriais prósperos de especuladores igualmente ricos. De banqueiros gordos e de uma maioria marginalizada no processo de produção, e sem quaisquer outras perspectivas na escala social.

Então, esse não deve ser o País dos nossos sonhos e nem será uma grande Nação, será simplesmente uma ficção. Afirmções do próprio Ministro que dias atrás acaba de entregar o cargo. E aí nós passamos, então, a entender o que está acontecendo neste País.

Quem falar a verdade, quem diz o que quer, acaba perdendo o seu cargo, acaba saindo fora do esquema. Já aconteceu dias atrás com Dona Icler Guazeli, mulher corajosa, mulher de palavra firme e de atos também firmes. Ela que esteve na Assembléia participando da CPI do Menor Abandonado. Veio aqui, deu aula inclusive, de como se fazer política. Mas os homens do Governo não quiseram entender esse tipo de ensinamento que ela se prestou a fazer, e acabaram por ceifá-la, por retirar essa figura maiúscula da Presidência da FUNABEM.

Então, é muito difícil, prometeu o Presidente Figueiredo, "hei de fazer deste País uma Democracia". Mas se esse País, como já disse Jaime Lerner dias atrás, estiver voltado para os interesses de uns poucos, esquecendo os interesses de toda uma espantosa maioria, os rumos não serão mudados e o barco tende a naufragar.

Então, essa é a colocação que eu gostaria de fazer, lamentando, mais uma vez, o rodízio de homens. São homens que estão cansados de participar do Poder, mas que continuam servindo aquela minoria que não está preocupada com a população. Como agora, mais esse General a tomar conta da educação no Brasil. Ser comandante de uma Escola Militar, é muito diferente de ser um comandante do órgão máximo da educação no País. Então, é o regime autocrático, não é o regime democrático. Porque no regime democrático, os ministros saem do seio do povo, saem escolhidos pelo povo, mas no regime autocrático, eles são formados pelos inspirados do Poder.

Então, isso aí é que gera todo esse problema.

Quando o Presidente escolheu o Abi-Ackel para Ministro da Justiça, eu fiquei até contente, fiquei feliz. Porque via nascer um político no Ministério. Mas lamentavelmente, dias atrás, esse "Ministro Político", se serve para lançar a candidatura de um Paulo Maluf à Presidência da República. Um Paulo Maluf, que vai a Belém do Pará participar de uma procissão, com o dinheiro do Governo de São Paulo, com o dinheiro do povo de São Paulo para aparecer nas manchetes, para desfilar com uma vela na mão, se dizer católico cercado de fiéis por todos os

lados, mas no melhor hotel da cidade, comendo a melhor comida, usando avião do Governo do Estado de São Paulo.

Então, é dinheiro do povo sendo jogado fora. E este homem está sendo lançado à Presidência pelo "Ministro Político". Então realmente, nós não sabemos qual é o rumo, como acreditar ilustre companheiro líder da nossa bancada. Como acreditar?

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e fico com a última indagação que Vossa Excelência faz que representa, claramente, toda a perplexidade da Nação brasileira; mostrando também que o sistema, no máximo poderá admitir, repartir responsabilidade do Governo, jamais admitir repartir qualquer parcela de poder.

Então vemos este quadro que aí está, como se fosse um ato milagroso e de mágica. A Presidência da República substitui um intelectual e Professor Eduardo Portella, do Ministério da Educação e coloca em seu lugar o General Rubem Ludwig.

A nós não interessa discutir as qualidades técnicas deste General de Brigada, que certamente deverá ir para o Ministério da Educação com a obrigação sistemática imposta pelo grupo palaciano para colocar ordem na casa. Mas são cerca de 20 universidades federais que estão paralisadas no movimento reivindicatório. São várias universidades, ou particulares, ou estaduais, ou para-estatais, que estão também em movimentos reivindicatórios. E me parece, Sr. Presidente, que não será exatamente a reivindicação de 48% de abono, não será exatamente a concessão dos reajustes semestrais aos mestres universitários, não será uma dosagem maior ou menor de autonomia para as universidades brasileiras, que poderá resolver o problema intrínseco em que mergulhou o modelo educacional brasileiro.

Com a crise da universidade brasileira, paralisada em grande parte das suas unidades por movimentos reivindicatórios, com a crise latente que se observa, com a admissão de um Ministro da Educação, que se sente melhor do lado de lá do que do lado de cá, com a colocação de um militar de rígida formação castrense, assessorado por diversos outros militares, para tentar talvez colocar a paz dos cemitérios no Ministério da Educação, nada disto entretanto poderá resolver o grande impasse nacional.

O que está em xeque hoje, Srs. Deputados, é o modelo educacional brasileiro, que peca pela base e mostra os seus resultados evidentes no vértice da pirâmide, que é o ensino de terceiro grau, ensino universitário.

Não poderemos, em hipótese alguma, pensar no sonho, que as empresas de publicidade instaladas nos porões do Palácio do Planalto, com os nomes mais pomposos, seja a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, seja a Secretaria de Imprensa, ou seja agora o Ministério de Comunicação Social, por melhores que sejam as imagens que o pessoal da publicidade, da informação, do grupo palaciano possam tentar lançar diante da opinião pública, utilizando os recursos mais extremos, desde as medidas draconianas de um AI-5, de uma Lei de Segurança Nacional, de um Decreto 477, de 1228, a incorporação e implantação destas medidas de exceção em todos os regimentos internos, e nos estatutos das universidades brasileiras, seja a prisão e a perseguição de estudantes e professores, num período como o de Médici, seja a tentativa de buscar no meio da inteligência brasileira um Ministro afinado também com essa inteligência, como no caso do Ministro Eduardo Portella. Qualquer tentativa desta, tanto a da radicalização utilizando-se os meios de repressão, como bem demonstrou a solução dada pelo sistema a Universidade Nacional de Brasília, colocando na sua Reitoria muito mais do que um Reitor, um policial à paisana representado na figura do Capitão de Mar e Guerra, José Carlos de Azevedo, destinado a castrar, a violentar, a aposentar, a expurgar da Universidade de Brasília os seus melhores cérebros, a sua melhor mão-de-obra preparada nos melhores centros brasileiros.

As tentativas para fazer frustrar o projeto de anistia, impe-

dindo a volta e o retorno de tantos cientistas de alto valor, ou então de outro lado a tentativa de fazer uma maquiagem nova de liberalização, como os olhos fechados para o Congresso da União Nacional de Estudantes, mostrando claramente, Sr. Presidente, que o sistema vai da terra ao mar e do mar à terra, ora invadindo com forças policiais, com gás lacrimogênio, com bombas de efeito moral o "campus" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ora transformando a cidade de Piracicaba na capital nacional do estudante.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência me permite mais um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Já darei. Nada disto, entretanto, poderá encobrir o grande impasse em que está mergulhada a educação brasileira. Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Mário Celso — Só para aproveitar a oportunidade, porque ao que me consta, enquanto Vossa Excelência faz esse pronunciamento, eu ouço um burburinho aqui dentro da Assembléia Legislativa, que tenho a impressão parta também de mais um problema criado pela educação. Ao que me consta há uma movimentação dentro deste prédio, justamente se revoltando contra a própria educação. É um reflexo que nos atinge diretamente. Nós políticos, realmente estamos desesperançosos. Mas é claro que não podemos esmorecer. Nós temos que lutar com todas as nossas forças e partir para um caminho que nos leve ao rumo da democracia. Porque o que estamos vivendo realmente é uma barbaridade. É um quadro totalmente negro e sem qualquer tipo de esperança.

Um governo aonde seis ministros já deixaram o poder, entre aspas. Seis ministros já saíram do tal rodízio. Alguns deles pedindo demissão, alguns deles se afastando do cargo, tal a vergonha de servirem de fantoches, ou bonecos ou bode expiatório. Eles deixaram, entregaram com vergonha os seus cargos e partiram para outras atividades, até mesmo no campo da atividade privada.

Então, mais uma vez, lembro o Prefeito de Curitiba, homem que assinou a ficha do PDS e homem que é vinculado ao Governo. Mas ele, dias atrás numa reunião com o pessoal da Cidade Industrial de Curitiba, ele gritou bem alto e falou para todo o mundo ouvir um pronunciamento, que nós precisamos mesmo é de um Segundo Grito do Ipiranga, que mobilize o empenho nacional num objetivo muito maior do que o simplesmente de arrumar a casa.

Este Grito do Ipiranga, segundo grito, acho que já se faz mais do que necessário.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo continuar, Sr. Presidente. O grande impasse da educação nacional hoje, observado claramente nas movimentações reivindicatórias do magistério superior, hoje materializado claramente nas manifestações reivindicatórias dos estudantes de terceiro grau. Mas é também chegado o momento não apenas de registrar a forma digna, a forma elevada como o Sr. Ministro Eduardo Portella se retira do cenário administrativo federal brasileiro. Não apenas registrar a ida de um oficial militar de alto nível, preparado para a vida militar, para o Ministério da Educação, mostrando claramente que o sistema, como todo o sistema educacional brasileiro, voltado para a domesticação das classes dominadas, a favor dos privilégios da classe dominante, minoritária e privilegiada, talvez também seja este o sentido para tentar domar e domesticar professores e estudantes, para que sirvam mais alguns anos a esse sistema que está aí. Mas muito mais do que analisar a forma como saiu o Ministro da Educação, a forma como foi buscado nos meios castrenses, mais um general para ocupar uma posição destinada a civis, fazendo com que nos indaguemos também, quando a guarnição de Ponta Porã será comandada por um professor, retirado de qualquer meio universitário? Porque se ele está preparado para o Ministério da Educação; e se a educação é um instrumento para preparar um indivíduo para a vida, quem sabe também, nos

meios universitários, devam existir dezenas de professores preparados para comandar guarnições de fronteiras, e quem sabe de outros lugares.

Mas independente deste tipo de análise, deveria, isto sim, esse momento e esse instante da vida nacional, servir como um ponto de partida, para um trabalho sério, Sr. Presidente, de reflexão, de repensar este modelo educacional que está aí. Que de tanto servir às classes dominantes, de tanto servir como instrumento ideológico da domesticação das classes dominadas, acaba também deixando milhões de brasileiros em pleno final de século XX, na ante-véspera do século XXI, à margem e distantes do processo educacional brasileiro. A crise da universidade brasileira, deveria também ser entendida e encarada como apenas uma crise de uma parcela do grande modelo que está falido, que é o modelo educacional brasileiro.

Quando nós chegamos em plena década de 80 e encontramos mais de uma dezena de milhões de crianças, fora das escolas; quando encontramos, Sr. Presidente, cerca de 8 milhões de desempregados neste País; quando encontramos, Srs. Deputados, principalmente entre as camadas de classe C e classe D, o primeiro ano de primeiro grau, sendo o grande obstáculo e a grande barreira intransponível, para 52 por cento das crianças que neste primeiro ano, entram; e então, devemos chegar à conclusão também, que há efetivamente razão nas palavras de Eduardo Portella, quando faz uma distinção clara entre o interesse econômico e o interesse social. E enquanto o sistema como um todo, pretende encarar a população brasileira, como um número a mais a ser somado na máquina de calcular e planejar dos tecnocratas, a entender como um elemento a mais para participar de uma renda "per capita", maior ou menor, se esquecendo do engano, se esquecendo da ilusão que são as estatísticas apresentadas por esses tecnocratas. Porque, enquanto o Censo Demográfico de 1980, seguramente, poderá apresentar índices médios "per capita" maiores que o censo de 70, deverá também demonstrar uma concentração ainda maior de benefícios e de privilégios em que Estados dentro da classe "a", ou da "b" alta, ao passo que a miséria se alastrou à ausência dos bens essenciais de consumo e à impossibilidade de acesso aos bens fundamentais, como sejam: saúde, alimentação, habitação, educação, mercado de trabalho. Esse acesso está a cada dia mais longe, mais distante, aos filhos de trabalhadores, aos filhos de camponeses, demonstrando então que o modelo social, injusto na sua essência, injusto na sua aplicação, tem também uma influência direta e fundamental no modelo educacional que aí está.

E se, dentro desse modelo, a elite privilegiada, que é o meio universitário, se levanta através de seus mestres, em cerca de 20 universidades, representando mais de 70 por cento do universo brasileiro, através de seus estudantes, virá, Sr. Presidente, a indagação: o que está acontecendo no ensino profissionalizante de segundo grau, criado pela Lei n.º 5692, mas feito verdadeira piada de circo pelos tecnocratas que aí estão, fazendo com que cidades o interior formem analistas de sistemas, formem desenhistas, formem sanitaristas, formem tradutores, formem escriturários, mas que vão encomprar ainda mais, as filas dos vestibulares das áreas de ciências exatas, ou ciências biológicas.

O que dizer, Sr. Presidente, do sistema de primeiro grau, implantado também pela Lei n.º 5692, que procurando tirar do aluno o acesso a uma cultura humanística, eclética e geral, também não lhe dá as condições de convivência no meio social em que está.

Analfabeto em seu meio, analfabeto na memória nacional, e, portanto, um instrumento de fácil manejo, de fácil controle para a estrutura de poder que aí está.

O Sr. Darcy Deitós — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, ousou, nesta tarde, apartear-lo quando Vossa

Excelência faz uma brilhante exposição a respeito do modelo educacional brasileiro e, principalmente, faz uma análise da queda do Ministro Portella e a ascensão do General Ruben Ludwig à testa do Ministério da Educação.

Toda a Nação, eminente Deputado Renato Bernardi, esperava a queda dos Ministros Amauri Stabile e Delfim Neto, mas quem caiu foi o Ministro Eduardo Portella. Pela linha de sucessão ministerial, até onde alcança a nossa memória, este será o segundo General a ocupar a Pasta da Educação.

O primeiro foi o General Ney Aminthas de Barros Braga, paranaense, porém, seria um erro esquecer que o Coronel Jarbas Passarinho, hábil voador do movimento de 1964, foi tanto o Ministro do Trabalho, quanto o Ministro da Educação, revelando-se um estrategista e um tático nas duas pastas, e para não deixar "tocar fogo no rabo de palha", está articulando no jornal a "Folha de São Paulo", hoje, suas justificações e suas justificativas históricas quando passou pelo Ministério da Educação brasileira.

A presença militar, nobre Deputado Renato Bernardi, na Educação, na Cultura, nas Artes, Ciências, Esportes e Indústria e Comércio, não pode ser subestimada. Aliás, nada temos contra o cidadão cujo ofício é a carreira militar. O que somos absolutamente contrários, é que, valendo-se de uma impostura política, de um avanço à força das armas, os militares pretendam dar lições de civismo, educação, cultura por atacado e varejo nesta Nação.

É importante que não nos esqueçamos também do estrategista Meira Mattos que foi o autor de inúmeras façanhas no campo educacional. Foi o pai do acordo MEC-USAID.

Depois, veio a hora do Coronel Jarbas Passarinho, que transformou os vestibulares, com a mudança da nomenclatura de "excedente" para não aproveitados.

Depois veio o General Ney Braga também bastante lembrado com saudade pelos professores, alunos e pais e principalmente pelo pessoal do interior do Estado do Paraná, quando ele realmente lutou para federalizar as nossas três universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Não tenho dúvidas, nobre Deputado Renato Bernardi, que o General que ora assumiu a Pasta da Educação terá autoridade suficiente para promover uma reforma na educação brasileira, aquela reforma fundamental que todos nós ansiamos. Ele reunirá um estado maior, traçará os seus planos de batalha, preparará o apoio logístico e desfechará talvez com infantaria, tanques e até apoio aéreo para tentar solucionar o problema da educação brasileira. Acredito que o mais importante, será a tarefa dos seus pára-quedistas que deverão ser lançados em postos-chaves para garantir o êxito de suas operações educacionais.

Era este o pequeno aparte que queria dar a Vossa Excelência, e agradeço esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa a Vossa Excelência que passa a falar no horário reservado à Liderança do Partido de Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço a lembrança de Vossa Excelência.

Agradeço também o aparte do nobre Deputado Darcy Deitos que vem exatamente mostrar a perplexidade em que se encontra a sociedade civil, diante da militarização de mais outra área de ação social da Nação brasileira.

Mas veja Vossa Excelência que a partir do autoritarismo imposto ao Brasil em 1964, nós falamos muito no General Ruben Ludwig, falamos muito no General Ney Braga, no Coronel Jarbas Passarinho, mas nos esquecemos do Governo de Tarso Dutra no Ministério da Educação, quando ele apenas assinava os papéis que a área de segurança que tinha tomado conta no Ministério da Educação, lhe trazia para assinar.

Esquecemo-nos também, de uma figura que manchou a

História do Paraná, quando no Ministério da Educação, que foi quem sabe, o detonador de toda essas mazelas na área da Educação brasileira, a serviço do sistema que foi o Ministro de triste memória para a Educação. E não direi para o Paraná que já o conhecia de outras feitura, o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, que acabou sendo um dos agentes da repressão estudantil do fim da UNE e de tantos e tantas outras mazelas, feitas na Educação.

Mas, Srs. Deputados, quando se vê então claramente, que falha o terceiro grau, que o segundo grau profissionalizante não tem qualquer viabilidade prática, que o primeiro grau está estabelecendo uma verdadeira barreira. Chegamos à conclusão, que a falha do modelo educacional brasileiro, faz parte da grande crise nacional. Da grande crise responsável por 43 milhões de marginalizados, por milhões de crianças que não conseguem ter acesso à educação. Que tendo acesso à educação, não conseguem, entretanto, ultrapassar as barreiras e os obstáculos, que as disciplinas e as normas lhe estabelecem. Pelo bloqueio biológico do qual elas são portadoras. Pelo bloqueio psicológico e pelo bloqueio social.

E então, em razão disso, muito mais do que falar na crise da Universidade Brasileira, falar da troca de ministros, da mudança de orientação, do repensar do modelo educacional brasileiro, chegamos à conclusão, Srs. Deputados, que realmente a grande crise nacional está aí, mergulhando o País num impasse político, num impasse econômico, num impasse social, num impasse cultural, cuja única saída será, Sr. Presidente, a mudança da estrutura de poder imposta à Nação por uma minoria sem voto, mas com força. Por uma minoria sem povo, mas com poder econômico, com poder militar, com poder social.

Mas nós também, Sr. Presidente, não caminharemos sempre mergulhados dentro desse grande impasse. A Nação não suportará mais e por mais tempo, esse divórcio entre os seus anseios, as suas necessidades. E o querer e o impor do Estado, tomado pela força, mantido pela força e que cria a cada dia que passa um poço mais profundo, entre o querer do Estado e o precisar da Nação.

Não é sem motivo e sem propósito, que as oposições brasileiras, sejam elas partidárias representadas pelas diversas alternativas partidárias, sejam elas sociais representadas pelos diversos segmentos e entidades representativas, pregam a necessidade inadiável de um novo pacto social para o País.

Um pacto social que seja representado pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que possa estabelecer, realmente, uma nova estrutura de poder. Nascida e gerada pela expressão, pela manifestação, pela arregimentação e pela organização das diversas forças sociais brasileiras que hoje, em razão da força, que hoje em razão de dezesseis anos e meio de autoritarismo, com leis draconianas de exceção, não se sentem ainda totalmente livres para sair às ruas e exigir. Mas oxalá, Sr. Presidente, o grupo palaciano que representa o atrelamento dos seus interesses pessoais das suas ambições individualistas ao grande carro da dependência econômica das multinacionais, do grande capital internacional, oxalá esse grupo palaciano possa cumprir um conselho dado por um dos seus sentinelas de plantão, o General Ernesto Geisel, quando se referindo à oposição dizia que era necessário abrirem-se as janelas e as portas para olhar o exterior.

E eu gostaria também, Sr. Presidente, que este grupo palaciano pudesse cumprir a ordem de quem estava de plantão no quinquênio passado e pudesse ele, abrir também as portas, não para o mundo exterior, não para o Vietnã, não para a América Central, mas abrir as portas e as janelas, Sr. Presidente, para olhar a situação da Universidade brasileira, para olhar a situação das escolas brasileiras, para olhar a periferia de miséria das grandes cidades, para olhar o mercado de trabalho estrangulado em todos os setores, para olhar 36 milhões de lavradores sem terra, para olhar a situação dos nossos camponeses, para olhar a

situação de miséria, de humilhação, de depressão em que se encontra a família do trabalhador brasileiro diante da situação que aí está.

E então este grupo se fosse sincero, se realmente estivesse servindo à Pátria, seria o primeiro a formar ao lado da oposição civil brasileira e exigir também a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que gerando um novo pacto social haveria de tentar equalizar as premissas da grande crise nacional, da qual a educação, Sr. Presidente, é apenas uma parcela.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Pausa) — Declina.

Consulta à Liderança do PTB. — (Declina).

Tendo declinado, consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de Apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 313/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, emenda de 3.ª Discussão ao Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução n.º 313/77, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, no seguinte teor: (Lê)

“EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 313/77

O Art. 2.º do Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução n.º 313/77, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — Os Gabinetes de Representação somente terão direito a créditos no elemento 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS, sub-elemento 3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros e Encargos, não podendo ultrapassar, anualmente, aos seguintes montantes:

- a) — Presidência 420 valores de referência
- b) — 1.ª Secretaria 380 valores de referência
- c) — 2.ª Secretaria 320 valores de referência
- d) — 1.ª Vice-Presidência 110 valores de referência
- e) — 2.ª Vice-Presidência 90 valores de referência
- f) — 3.ª e 4.ª Secretaria e Liderança do

Governo cada 80 valores de referência

g) — Lideranças dos Partidos Políticos . . . 400 valores de referência.

§ 1.º — Os valores de referência, para cálculo do disposto no “caput” deste artigo, serão adotados no dia 1.º de maio do ano imediatamente anterior para o início da vigência dos créditos.

§ 2.º — Os créditos destinados no item “g” do “caput”

deste artigo, serão divididos entre os Gabinetes de Representação das Lideranças dos Partidos Políticos, proporcionalmente ao número de Deputados de cada bancada, não podendo, contudo, ser inferior a 50 (cinquenta) e nem superior a 110 (cento e dez) valores de referência o destinado a cada Liderança dos Partidos Políticos.

§ 3.º — A Comissão Executiva alocará, subdividindo os recursos, nos itens do elemento constante do “caput” deste artigo.

§ 4.º — Aos titulares dos Gabinetes de Representação caberão quotas proporcionais ao tempo de exercício do mandato.”

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Ailton Cordeiro, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Renato Bueno e Antônio Facci”

Em votação a Emenda. — Aprovada.

Em votação o Substitutivo Geral. — Aprovado.

Nestas condições, o referido projeto irá à 4.ª Discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 65/80, (Mens. Govern. n.º 71/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios aqui especificados, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos citados municípios. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor Marcos Augusto Enrietti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que visa regulamentar o Serviço de Segurança da Assembleia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre a aposentadoria e pensão dos Serventuários da Justiça do Estado, e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 65/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — A Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, criada pela Lei n.º 4975, de 02 de dezembro de 1964, passa a denominar-se “CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO”, abrangendo os Serventuários da Justiça, remunerados ou não, pelos cofres públicos.

Art. 2.º — A Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça do Estado, atuará diretamente subordinada ao Departamento de Previdência, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE.

Art. 3.º — Os Serventuários da Justiça terão direito à aposentadoria e os seus beneficiários à pensão mensal, nos termos da Lei n.º 4975/64, respeitadas as alterações constantes da presente lei.

Art. 4.º — São considerados Serventuários da Justiça do

Estado, para os efeitos desta lei, os seguintes:

I - Não remunerados pelos cofres públicos: os Titulares de Cartório e Ofício; os Oficiais Maiores; os Escreventes Juramentados;

II - remunerados pelos cofres públicos. Os Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Família e Registros Públicos, bem como os Servidores ocupantes de cargos efetivos de Escrivão do Crime, níveis PJ-28, 29 e 30; os Escrivães de Menores, níveis PJ 29 e 30, integrados no Quadro da Justiça.

Art. 5º - O pagamento da aposentadoria dos Serventuários da Justiça correrá à conta de dotação consignada, anualmente, no Orçamento do Estado - Poder Judiciário.

Art. 6º - As pensões dos beneficiários dos Serventuários da Justiça serão pagas pela Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, à conta de recursos próprios.

CAPÍTULO II

DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 7º - Passam a ser contribuintes obrigatórios da Carteira de Previdência, todos os Serventuários e Servidores da Justiça, de que trata o Art. 4º desta Lei, remunerados ou não pelos cofres públicos, ativos ou inativos.

Art. 8º - Ao contribuinte obrigatório (§ 1º, do Art. 7º da Lei n.º 4975/64), que tenha perdido esta qualidade, por qualquer motivo, é facultado requerer a sua inscrição na Carteira, desde que a requiera em três (03) meses, contados da publicação desta lei.

Art. 9º - Aos atuais Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Família e Registros Públicos, remunerados pelos cofres públicos, é assegurado o direito facultativo de, mediante requerimento, optarem pelo pagamento das contribuições mensais, previstas para qualquer uma das categorias e classes de Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos (inciso I, do Art. 4º), recolhendo, em cada mês, mediante guia especial, a diferença correspondente.

Parágrafo único - A opção de que trata este artigo deverá ser protocolada no IPE, dentro do prazo improrrogável de sessenta (60) dias, contados a partir da vigência da presente lei, para que a mesma surta os seus legais efeitos jurídicos.

Art. 10 - As novas inscrições de contribuintes far-se-ão de acordo com as normas a serem estabelecidas em Regulamento.

Art. 11 - As contribuições serão devidas em mensalidades integrais, correspondentes a 6% (seis por cento) sobre a remuneração-base, conforme a respectiva categoria, classe ou nível de vencimento.

Parágrafo único - Os níveis de remuneração-base são os estabelecidos em lei.

Art. 12 - Além da contribuição de 6% (seis por cento) referida no artigo anterior, os atuais Serventuários e Servidores da Justiça, inscritos regularmente, na forma da lei, recolherão à Carteira, durante um (01) ano, uma jóia de 1% (um por cento) ao mês, sobre remuneração-base, desde que estejam rigorosamente em dia com a Carteira e venham contribuindo à mesma desde a vigência da Lei n.º 4975/64.

Art. 13 - O prazo de 1 (um) ano de contribuição da jóia, de que trata o artigo anterior, é elevado para 5 (cinco) anos para os contribuintes que serão inscritos após a vigência desta lei e para os atuais Serventuários ou Servidores da Justiça que, por qualquer motivo, estejam em atraso para com a referida Carteira.

Art. 14 - Aos novos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos Cofres Públicos, será facultado, ao requererem a sua inscrição na Carteira, optarem pelas contribuições reduzidas constantes dos percentuais abaixo discriminados, até completarem a contribuição integral de 6% (seis por cento) de que trata o Art. 11, desta lei, calculadas sobre a remuneração-base relativa à sua categoria e classe, constante da Tabela em vigor.

Percentual de	Durante o Período correspondente a
20% da contribuição de 6%	01 a 60 meses de contribuição

30% da contribuição de 6%	61 a 120 meses de contribuição
40% da contribuição de 6%	121 a 180 meses de contribuição
50% da contribuição de 6%	181 a 240 meses de contribuição
60% da contribuição de 6%	241 a 300 meses de contribuição
80% da contribuição de 6%	301 a 360 meses de contribuição
100% da contribuição de 6%	361 a 420 meses de contribuição

Parágrafo único - Os novos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, recolherão aos cofres da Carteira, a taxa adicional e a jóia, de que tratam os Artigos 12, 13 e 22 da presente lei, como ali se prevê, na proporção de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre a integralidade da remuneração-base da respectiva categoria e classe, em vigor.

Art. 15 - Os pagamentos feitos com mora, quer das contribuições (art. 11), quer da jóia (art. 12), depois do último dia do mês vencido, ficam sujeitos à pena de multa de 10% (dez por cento) sobre a importância a recolher, mais aos juros de 1% (um por cento) ao mês e à correção monetária calculada mediante a aplicação dos coeficientes aprovados pelo Governo Federal, para atualização do valor dos débitos fiscais, cobráveis juntamente com o principal.

Parágrafo único - Na falta de pagamento, durante 06 (seis) meses contados da primeira contribuição mensal vencida, caducará o direito aos benefícios previstos em lei, cessando, para a Carteira, toda e qualquer responsabilidade.

Art. 16 - A elevação de entrância da Comarca ou a passagem do Distrito à categoria de Município, em que estiver lotado o Serventuário inscrito não remunerado pelos cofres públicos, determinará, obrigatoriamente, aumento dos benefícios e das contribuições correspondentes.

§ 1º - Observar-se-á o disposto no presente Artigo, se o inscrito não remunerado pelos cofres públicos for removido ou transferido para Comarca de remuneração-base mais elevada.

§ 2º - Os Serventuários não remunerados pelos cofres públicos lotados em Cartório ou Ofícios pertencentes a Comarcas cujas entrâncias forem rebaixadas, poderão requerer, a qualquer tempo, a correspondente diminuição da contribuição e dos benefícios, sem direito à devolução da diferença paga a maior.

CAPÍTULO III

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA OS CÁLCULOS DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

Art. 17 - Os proventos de aposentadoria dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, atualmente em atividade, a serem futuramente aposentados na forma disposta pela Lei n.º 4975/64, com as alterações desta lei, passarão a ser calculados, integral ou proporcionalmente ao tempo de serviço, sobre a remuneração-base constante da TABELA I, anexa, parte integrante desta lei, respeitada a respectiva classificação e categoria.

§ 1º - Os proventos dos Serventuários da Justiça, remunerados pelos cofres públicos, serão calculados, integral ou proporcionalmente, ao tempo de serviço, sobre os vencimentos fixados em lei, observada a Tabela própria dos servidores efetivos do Poder Judiciário e a respectiva situação funcional, respeitando-se a situação no Art. 9º, desta lei.

§ 2º - Terão os mesmos proventos de aposentadoria dos Titulares de Cartório ou Ofício, os Oficiais Maiores e Escreventes juramentados que tenham substituído ao titular, pelo período mínimo de vinte e quatro (24) meses consecutivos ou trinta e seis (36) meses alternados.

Art. 18 - Os valores correspondentes à remuneração-base dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, serão atualizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, sempre que ocorrer aumento, reajustamento ou reclassificação de entrância da Magistratura Estadual, e conseqüentemente, dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único - Serão fixados, dentro de 15 (quinze) dias, por Decreto do Executivo, os valores correspondentes à remuneração-base de que trata este Artigo, para efeito de recolhimento das contribuições estipuladas nos Artigos 11 e 14 desta lei, bem como da taxa adicional e da jóia, respectivamente referidas nos Artigos 12, 13 e 22, também da presente lei.

Art. 19 - As aposentadorias dos Serventuários da Justiça do Estado serão concedidas por Decreto do Chefe do Poder Executivo à vista das disposições legais em vigor, constantes da legislação própria, observado, ainda, o período de carência, a que se refere o Art. 21 da presente lei.

Art. 20 - Período de carência é o lapso de tempo correspondente à realização de um número mínimo de contribuições mensais, indispensáveis à obtenção dos benefícios da aposentadoria, em decorrência da aprovação da nova TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA O CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS (Tabela I, anexa a esta lei) e para os optantes remunerados pelos cofres públicos, de que dá notícia o Art. 9.º, desta lei.

Art. 11 - Os períodos de carência de que trata o artigo anterior, são os seguintes, para os atuais Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos e para os remunerados pelos cofres públicos, de que trata o Art. 9.º desta lei:

- I - de sessenta (60) meses de contribuição às aposentadorias a pedido, depois de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, para os do sexo masculino e 30 (trinta) para as do sexo feminino;
- II - de 24 (vinte e quatro) meses de contribuição, às aposentadorias:
 - a) por invalidez, em razão de acidente ou agressão não provocada, no exercício das suas atribuições;
 - b) quando for acometido de doença resultante da profissão;
 - c) por invalidez do serviço público, de acordo com a devida constatação;
 - d) quando acometido de:
 - 1 - Tuberculose ativa;
 - 2 - Neoplasia maligna;
 - 3 - Cegueira;
 - 4 - Lepra;
 - 5 - Cardiopatia grave;
 - 6 - Alienação mental;
 - 7 - Paralisia;
 - 8 - Outras doenças indicadas por lei, firmadas em conclusões da medicina especializada; e,
 - e) quando, depois de haver gozado 24 (vinte e quatro) meses seguidos de licença para tratamento de saúde, ficar constatado que não está em condições de voltar ao exercício do cargo.

§ 1.º - Os períodos de carência são contados a partir da data da inscrição do Serventuário da Justiça na Carteira de Previdência.

§ 2.º - Não estão sujeitos ao período de carência, de que dá conta o inciso I, do presente artigo, os Serventuários da Justiça que estiverem em dia com a Carteira e venham contribuindo à mesma desde a vigência da Lei nº 4975/64.

§ 3.º - O prazo de carência constante do inciso I, deste artigo, será reduzido para 01 (um) ano para os Serventuários ou Servidores da Justiça, remunerados pelos cofres públicos, que estiverem contribuindo ao IPE desde o advento e vigência da Lei nº 4975/64.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO DE RESERVA DA CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA

Art. 22 - A fim de atender aos encargos decorrentes do

regime de pensões da Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça nela inscritos, face à vigência da nova TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE dos Serventuários não remunerados pelos cofres públicos, estes contribuirão, obrigatoriamente, com uma taxa adicional de 1% (um por cento) ao mês, sobre a respectiva remuneração-base, juntamente com a contribuição que trata o Art. 11 da presente lei, para a formação do Fundo de Reserva da aludida Carteira Previdenciária.

Parágrafo único - O montante do produto da arrecadação da taxa judiciária a ser recolhida na forma do disposto no Parágrafo Único do Art. 33 desta Lei, à Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, fará parte integrante do Fundo de Reserva destinado a fazer face aos encargos com o regime de pensões afetos à mesma Carteira Previdenciária.

Art. 23 - O Governo do Estado passará a contribuir para a constituição e manutenção da Carteira de Previdência com a parcela correspondente a 4% (quatro por cento) do montante equivalente aos recolhimentos mensais feitos àquela Carteira pelos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos.

Parágrafo único - O recolhimento das parcelas mensais referidas neste artigo ao Fundo de Reserva da Carteira de Previdência aos Serventuários da Justiça do Estado será feito à conta de dotação específica consignada, anualmente, no Orçamento Estadual - Poder Judiciário.

Art. 24 - A contribuição para o Fundo de Reserva de que trata o artigo anterior, passa a ser devida a partir da data da vigência desta lei.

Parágrafo único - A contribuição extinguir-se-á para o Serventuário da Justiça não remunerado pelos cofres públicos, quando da sua morte.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS SEÇÃO I

NOVA TABELA DE PROVENTOS DOS ATUAIS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA INATIVOS, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

Art. 25 - É aprovada uma nova TABELA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA para os atuais Serventuários da Justiça do Estado, inativos, não remunerados pelos cofres públicos, que passa a ser a constante da TABELA II, anexa a esta Lei, respeitada a respectiva classificação e categoria, em substituição à Tabela "B" da Lei nº 4975/64, devidamente atualizada e em vigor.

Parágrafo único - Terão os mesmos proventos de aposentadoria dos Titulares de Cartório ou Ofício, os Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados que tenham substituído ao Titular, pelo período mínimo de vinte e quatro (24) meses consecutivos ou trinta e seis (36) meses alternados.

Art. 26 - O pagamento dos novos proventos de inatividade, devidamente reajustados em consequência da TABELA II integrante desta Lei, correrá, no corrente exercício financeiro, à conta da dotação específica constante do Orçamento Estadual em vigor, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o Serventuário da Justiça não remunerado pelos cofres públicos, tenha sido aposentado.

Parágrafo único - Na aplicação da nova Tabela a que se refere este artigo, a Divisão Orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado, fará o respectivo cálculo "ex-offício", de acordo com os valores estabelecidos para a respectiva classificação e categoria.

Art. 27 - Os valores constantes da Tabela aprovada pelo Artigo 25 serão atualizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, sempre na mesma proporção e nas mesmas épocas em que forem majorados os níveis de vencimento dos Servidores efetivos do Poder Judiciário - Quadro da Justiça.

SEÇÃO II

DO REAJUSTAMENTO DAS ATUAIS PENSÕES

Art. 28 - As pensões dos beneficiários dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, em consequência da aprovação da nova Tabela de proventos pelo Art. 25 desta Lei, serão reajustadas pela Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça no prazo de 12 (doze) meses após a formação do Fundo de Reserva, de que trata o Capítulo IV, desta Lei.

Art. 29 - No reajustamento previsto pelo artigo anterior, respeitar-se-á o quantum de 50% (cinquenta por cento) da remuneração-base constante da Tabela II, integrante da presente lei, para a respectiva categoria e classe.

Art. 30 - As pensões devidas aos beneficiários dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, serão sempre reajustadas por lei de iniciativa do Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 31 - O débito do Serventuário da Justiça, não remunerado pelos cofres públicos, na data da entrada em vigor da presente lei, para a Carteira de Previdência, deverá ser liquidado em cinco (05) prestações mensais, de valor igual, acrescidas da multa de 10% (dez por cento) sobre a importância devedora, e dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária, pagáveis juntamente com a sua contribuição mensal.

Art. 32 - Os novos proventos de aposentadoria dos atuais Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, reajustados pelo Art. 25 (TABELA II), desta lei, entrarão em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Art. 33 - O recolhimento da taxa judiciária, instituída pelo Decreto 932, de 23 de abril de 1932, passará a ser feito a partir da vigência desta lei, na proporção de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da ação, com um mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da ORTN, e no máximo, de 10 (dez) ORTN, revogada, em consequência, a tabela em vigor, aprovada pelo Art. 17, da Lei nº 2907, de 15 de outubro de 1956.

Parágrafo único - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação com a cobrança da taxa judiciária, a que a refere o presente artigo, deverá ser recolhido à Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, à conta do Fundo de Reserva instituído pelo Art. 22 desta lei.

Art. 34 - Para atender à despesa decorrente da majoração de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Estado das Finanças, destinado ao Poder Judiciário, crédito especial.

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da verba específica destinada ao Poder Judiciário.

Art. 35 - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial destinado a dar cobertura e cumprimento ao disposto no art. 23, desta lei.

Parágrafo único - O valor do presente crédito especial será coberto com os recursos originários da verba específica destinada ao Poder Judiciário.

Art. 36 - A Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça do Estado adotará o regime financeiro atuarial fixado em regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 - Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá o regulamento que se fizer necessário à perfeita e fiel execução deste diploma legal.

Art. 38 - As ordens e instruções normativas que se fizerem necessárias à aplicação da presente lei, em complementação ao disposto no artigo anterior, serão expedidas pelos

órgãos competentes.

Art. 39 - Ressalvado o disposto nos artigos 28, 32 e 36, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Domicílio Scaramella, Francisco Escorsin, Antônio Facci, Jurandir Mesias e Basílio Zanusso.

TABELA I (Artigo 17)

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA O CÁLCULO DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

1ª CLASSE - (Entrância final)

Sede da Comarca	
Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

2ª CLASSE - (Entrância intermediária)

Sede da Comarca	
Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

3ª CLASSE (Entrância inicial)

Sede da Comarca	
Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

TABELA II - (Artigo 25)

NOVA TABELA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS ATUAIS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA INATIVOS, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

1ª CLASSE (Entrância final)

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 8.060,00
Oficial Maior	Cr\$ 6.190,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 4.797,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 6.190,00
Oficial Maior	Cr\$ 4.797,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 3.467,00

2ª CLASSE (entrância intermediária)

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 6.661,00
Oficial Maior	Cr\$ 5.287,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 3.862,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 5.257,00
Oficial Maior	Cr\$ 3.862,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 2.792,00

3ª CLASSE -- (entrância inicial)
Sede da Comarca

Titular de Cartório ou Ofício Cr\$ 3.467,00
Oficial Maior Cr\$ 2.792,00
Escrevente Juramentado Cr\$ 2.000,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício Cr\$ 2.792,00
Oficial Maior Cr\$ 2.129,00
Escrevente Juramentado Cr\$ 1.752,00

JUSTIFICATIVA:

Dada à relevância emprestada aos ofícios de justiça, cujos serventuários não são remunerados pelos cofres públicos, é corolário que, para compor as suas bases, o Governo delas deveria dispor com maior flexibilidade.

Todavia, o irrisório provento dos inativos é fator impeditivo para um remanuseamento racional, o que dificulta e, às vezes, prejudica a composição de um esquema político adequado ao momento próprio.

Não se admite, até e principalmente porque é uma tremenda aberração, que um cidadão que dedicou sua vida à causa da justiça, seja colocado, quando inativo, à beira da indigência, pois que seus proventos, já acrescidos das eventuais vantagens, atingem valor insuficiente.

Por isso, ele, o Serventuário, não se aposenta e a máquina judiciária é emperrada, porque há homens já combatidos pelo tempo e sem as mínimas condições físicas e mentais de produtividade "atendendo" em seus cartórios.

Sabedor de que seus proventos de inativo são irrisórios, aos Serventuários butra opção não resta, senão a de recorrer à previdência privada (GBOEx, Mongeral, MFM, Montab, etc.). Assim, tais entidades, cada vez mais sólidas, por serem sediadas em outras unidades da Federação, aplicam os recursos auferidos em outros Estados e, conseqüentemente, prejudicam a economia do Paraná, porque para cá deveriam ser carreados os recursos aqui arrecadados.

O Projeto em pauta tem como finalidade corrigir distorções previdenciárias que atingem a laboriosa classe dos Serventuários da Justiça, proporcionando-lhes condições condignas na inatividade.

Tratando-se de medida de grande significado social e mesmo administrativo, pois, com a aposentadoria dos Serventuários mais velhos, permitiria um revigoramento dos Oficiais de Justiça, ao concorrer para que houvesse uma renovação no quadro de seus servidores.

Pelos motivos expostos, contamos com o indispensável apoio dos nossos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa.

1.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 34/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Ubiratã", com sede e foro na cidade de Ubiratã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 34/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica declarado de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBIRATÃ", com sede e foro em Ubiratã.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1980.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação em vigor.

A entidade tem como finalidade, a assistência social em todos os seus âmbitos, destacando-se proteção à infância necessitada, cooperação no desenvolvimento dos programas à serviço da municipalidade, conforme consta de seu estatuto.

Pela atuação da entidade em pauta, o Poder Municipal de Ubiratã, pela Lei n.º 176/79, a declarou de utilidade pública municipal.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de lei a consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 34/80

O presente Projeto de Lei n.º 34/80, de autoria do ilustre Deputado Francisco Escorsin, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBIRATÃ", com sede e foro em Ubiratã.

O plano de lei em epígrafe vem devidamente articulado e se encontra na conformidade do estabelecido pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Nestas condições nosso parecer não pode deixar de ser FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO -- Presidente.

JOSÉ TAVARES -- Relator

1.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 95/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 44/80), que altera a legislação que autoriza o pagamento de pensão à viúva e filhos dos servidores civis e militares. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 95/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- O art. 260, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 260 -- Fica assegurado à viúva e aos filhos do servidor estadual, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário, o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I -- correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao falecimento, quando este ocorrer com o funcionário em atividade; ou

II -- correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao do falecimento do funcionário, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço.

Art. 2.º -- Fica assegurado à viúva e aos filhos de integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário o direito de perceberem, mensalmente uma pensão especial:

I - correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e 50% (cinquenta por cento) do vencimento do mês anterior ao do falecimento, quando este ocorrer com o policial militar em atividade; ou

II - correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do mês anterior ao falecimento do policial militar, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço.

§ 1.º - A pensão, que acompanhará os aumentos gerais de vencimentos, será paga:

- a) - metade à viúva do policial militar;
- b) - metade aos filhos varões, até atingirem a maioridade e sem limite de idade desde que sofram de moléstia que os impossibilite de trabalhar e às filhas solteiras ainda que maiores.

§ 2.º - Perderão o direito à pensão prevista neste artigo a viúva do policial militar que contrair novas núpcias, os filhos e filhas que se casarem e os filhos que atingirem a maioridade ou possuam recursos próprios para sua subsistência.

Art. 3.º - Fica revogada a Lei n.º 5.898, de 23 de dezembro de 1968, alterada pela Lei n.º 5.981, de 04 de agosto de 1969, no que colidir com as disposições desta lei,

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 24 de julho de 1.980.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 95/80

PARECER

O Projeto de Lei n.º 95/80, já examinado por esta CCJ na sua proposição encaminhada pela Mensagem Governamental n.º 44/80, volta novamente para exame, em virtude da substituição proposta pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n.º 74/80.

Analisando-se a matéria proposta, no seu aspecto legal e constitucional, temos que a iniciativa para tal proposição é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Art. 47, inciso I da Constituição Estadual. - Quanto ao mérito da proposta encaminhada, temos que a detalhada exposição de motivos que acompanha a Mensagem Governamental, substanciada no Of. n.º 2364, de 03/11/80, da Secretaria dos Recursos Humanos, anexo ao processo, fls 17 e 18, nos convença da oportunidade das modificações propostas.

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do anteprojeto de lei encaminhado pela Mensagem n.º 74/80, já que não se encontra qualquer óbice, quer legal quer constitucional que impeça a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer, acatando a emenda de autoria do Deputado José Tavares.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1980.

((a) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;
FIORI LUIZ, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 95/80

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... Para efeito de cálculo da pensão de que trata esta lei, será sempre englobado no valor da remuneração de mês anterior ao do falecimento, desde que o servidor tenha cumprido o interstício previsto na Lei n.º 6.794, de 06/06/76, ou Lei Complementar n.º 6, de 24/06/76, respectivamente, a gratificação por serviço extraordinário ou tempo integral, no mesmo percentual que lhe seria assegurado na aposentadoria.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

Apoioamento: AUGUSTO CARNEIRO, PAULO CAMARGO, ADALBERTO DAROS, AIRTON CORDEIRO, FIDELCINO TOLENTINO e RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de lei, segundo consta da Mensagem n.º 44/80 e da Aditiva n.º 74/80, é conceder melhor amparo aos dependentes dos servidores públicos que faleceram ainda em atividade ou em acidentes de serviço.

Acontece que, mandando proceder o cálculo da pensão sobre a remuneração do mês anterior ao do falecimento, poderá ocorrer que o funcionário com o interstício já cumprido, de (03) três anos seguidos ou de (05) cinco alternados, de serviço extraordinário ou de tempo integral, até mesmo por motivo de doença, deixe de perceber esta gratificação justamente no mês anterior ao do falecimento.

Assim, embora tenha assegurado o direito a uma dessas gratificações na aposentadoria, na forma da Lei n.º 6.794, de 08/06/76, a pensão devida a seus dependentes não a teria englobado em seu cálculo.

Como este projeto de lei visa igualar os benefícios devidos a famílias de servidores falecidos em atividade com aqueles falecidos em inatividade, quando a pensão concedida é calculada sobre os proventos globais, cremos que esta emenda é justa e merece ser aprovada.

Por outro lado, tratando-se de emenda aditiva poderá ser examinada com cuidado pelo Chefe do Poder Executivo, o qual poderá sancionar o projeto com ela ou vetá-la, usando de suas atribuições constitucionais.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 130/80 de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que dá nova redação ao art. 33, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 130/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O Art. 33, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1.973, passa a vigorar com a redação seguinte: "Art. 33 - O mandato da mesa será de dois (02) anos".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 130/80

O Projeto de Lei Complementar n.º 130/80, tem por escopo dar nova redação ao Art. 33, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 - LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

A proposição visa através de nova redação ao citado artigo da Lei Complementar, possibilitar a reeleição dos Membros da Mesa, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Analisando-se o projeto no seu aspecto constitucional, temos que:

I - O projeto de lei complementar, de acordo com o Regimento Interno (Art. 128), não está acompanhado da sua justificativa;

II - a matéria cuja alteração é proposta distoa do preceito constitucional federal (letra h - parágrafo único do Art. 30);

III - nestas condições, em face do princípio estabelecido no Art. 13, da Constituição Federal, o Projeto de Lei Complementar n.º 130/80 é inconstitucional, razão pela qual o nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua Rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;
DENI SCHWARTZ, Relator.

Rejeitado.

O SR. ADALBERTO DAROS – (Pela ordem) – Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É PROCEDIDA A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO)

7 Srs. Deputados o aprovam;

13 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação Comercial e Industrial de Cascavel e à Associação dos Engenheiros Agrônomos, Núcleo de Cascavel, pela realização dia 3 de dezembro, de reunião e debates sobre o "Futuro do Trigo no Brasil". – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo no sentido de ser realizado, na sede do Município de Prudentópolis, o Curso de Estudos Adicionais, com o objetivo de facilitar a frequência dos professores ali radicados. – Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social e Assistência Social, consubstanciado em apelo, no sentido de serem tomadas providências a fim de que as certidões negativas do FUNRURAL sejam fornecidas pelo órgão local. – Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INCRA, encarecendo a diminuição do percentual de elevação do Imposto Territorial Rural. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à direção da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico na sede do Distrito de Guarituba, Município de Colombo. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Posto Policial na sede do Distrito de Guarituba, Município de Colombo. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, conten-

do a reportagem publicada no jornal "Folha de Londrina", que mostra a crítica situação em que se encontra hoje a BR-376 "Rodovia do Café". – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos caminhoneiros de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Palotina que iniciam movimento paralisado em data de hoje, concentrando-se no Município de Guaíra. – Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo no sentido de ser concedida dilação de prazo para recolhimento do ICM do comércio referente ao mês de dezembro do corrente ano. – Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com o apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de Parlamentares, com o objetivo de pleitear do Governo Federal a liberação de recursos para a continuidade dos programas habitacionais do Estado do Paraná. – Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento e Finanças e ao Sr. Presidente do Banco Central, encarecendo a revisão da não concessão de um empréstimo à COCAMAR, para a construção de sua indústria têxtil. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sejam efetuados estudos sobre reivindicações de médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornal "Diário Popular", pela realização da promoção "Chuteira de Ouro". – Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo, no sentido da criação, na sede do Município de Prudentópolis, de uma escola agrícola. – Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Segurança Pública, no sentido de que forneça a necessária frota de veículos ao destacamento da Polícia Militar, lotado no Município de Cianorte. – Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 16.º aniversário da emancipação política de Santa Izabel do Oeste. – Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, reivindicando detalhes a respeito da iniciativa do órgão visando continuar fornecendo "fuell-oil" às cooperativas que não conseguirem cumprir o prazo de substituição de seus secadores. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de artigo referente à prisão de elementos de uma gangue, bem como solicita ao Sr. Secretário da Justiça informações referente aos mesmos. – Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 313/77.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 60/80.

2a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 34/80, e 95/80.

EM VOTAÇÃO.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n.º 130/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 407/80
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:
PROMOVER os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO "A"

ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA	–	Antiguidade
BLUMER BOSQUILIA	–	Merecimento
RITA SOARES BERTOLI	–	Merecimento

Palácio XIX de dezembro, em 28/11/80
FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
LINEU MANSANI TURRA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 408/80
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:
PROMOVER os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO "B"

IRANI CARINI	–	Merecimento
ANTÔNIO CARLOS LACERDA	–	Antiguidade
JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS	–	Merecimento
JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ	–	Antiguidade
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS	–	Merecimento
ALBERTO SAVOIA ASSEF	–	Antiguidade
CELSO APARECIDO DE CASTRO	–	Merecimento

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/11/80
FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
LINEU MANSANI TURRA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 409/80
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:
PROMOVER os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO "C"

GENI CARNEIRO	–	Merecimento
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA	–	Antiguidade
EDMIR ENÉZIO DA SILVA	–	Merecimento
INOLAN ANTÔNIO G. DE OLIVEIRA	–	Antiguidade

LINDAMIR EDIL CARAN	–	Merecimento
NILTON BUSATO	–	Antiguidade
OLENI FERREIRA LIMA	–	Merecimento

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/11/80
FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
LINEU MANSANI TURRA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 410/80
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:
promover os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

OFICIAL LEGISLATIVO "A"

HONORINO LUIZ COLLA	—Antiguidade
MAY FAIR PERINE	— Antiguidade
NILVA MARIA MORO	—Antiguidade
JONAS ZAMPIER	— Antiguidade
ZILDETE TEIXEIRA	— Antiguidade
NEUSA OLÍVIA MELARA	— Antiguidade
FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI	— Antiguidade
ODAHIR COSMOS	— Antiguidade
NELSON AUGUSTO DE ARAÚJO	— Antiguidade
SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO	— Merecimento
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT	— Merecimento
LUIZ CARLOS MONTEIRO	— Merecimento
LÍGIA MARIA DA SILVA	— Merecimento
MARCOS UNIGA	— Merecimento
VALDICIR NASSAR	— Merecimento
JAHIR DELAGASSA	— Merecimento
SEBASTIÃO DE CRISTO	— Merecimento

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/11/80

FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

LINEU MANSANI TURRA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 411/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia:

OFICIAL LEGISLATIVO "B"

HILDA MATHIES BLANC	—Antiguidade
LUIZ AUGUSTO CANTADOR	— Antiguidade
LUIZ FERNANDO GOTARDI	— Antiguidade
MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO	— Antiguidade
MARIA LEONILDA ROCHA	— Antiguidade
JOUBERTH DA SILVA SANTOS	— Antiguidade
LELINGTON LOBO FRANCO	— Antiguidade
SILVIA PEIXOTO GRANADO	— Antiguidade
ANNA CRISTINA DE SOUZA	— Antiguidade
FRANCISCO TABORDA RIBEIRO	— Antiguidade
OLGA POPOVITCH	— Antiguidade
ERNESTO PERACETA	— Antiguidade
HENRIQUE WOJCIK	— Merecimento
MARIA IGNÉSIA CAVALARRI FAGUNDES	— Merecimento
DORIVAL DALAGASSA	— Merecimento
MARIA MENEGUSSO	— Merecimento
ALZEMIRO ARTIGAS	— Merecimento
MARLENE DE BRITO PERRONE	— Merecimento
MAURÍCIO GONÇALVES	— Merecimento
LUIZA ZACK VIANTE	— Merecimento
JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ	— Merecimento
JONAS DE SOUZA PORTO	— Merecimento
MARIA MOREIRA MACENO	— Merecimento
NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO	— Merecimento

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/11/80

FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

LINEU MANSANI TURRA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 412/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no

uso de suas atribuições

RESOLVE:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

OFICIAL LEGISLATIVO "C"

BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS	— Antiguidade
CELSO MARIANO DOS SANTOS	— Antiguidade
ISAURA BUENO	— Antiguidade
IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO	— Antiguidade
IZAIR PEREIRA FLORES	— Antiguidade
IVETE HENEQUEM DRANKA	— Antiguidade
IRACY DA SILVA RUDNIK	— Antiguidade
MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI	— Antiguidade

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

— Antiguidade

JOSÉ CARLOS JANJÃO

— Antiguidade

ROSALINA PEREIRA SANTIN

— Antiguidade

ANDRELINA CORREIA ALVES

— Antiguidade

CENIRA DOS SANTOS FREITAS

— Antiguidade

FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO

— Antiguidade

ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUA

— Merecimento

RUTE DA SILVA LOPES

— Merecimento

ARACY ZECH

— Merecimento

AURORA RIBEIRO GONÇALVES

— Merecimento

HILZA DOS SANTOS LOPES

— Merecimento

MARLENE PERRY GONÇALVES

— Merecimento

PAULINA SCHERNER SIMÕES

— Merecimento

ALEXANDRE RADICHEWSKI

— Merecimento

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES

— Merecimento

SINHORINHA BERNARDI

— Merecimento

CELINA BIANCHI

— Merecimento

MARIA NÉIDE BOZA STIVAL

— Merecimento

FLORIPES ALVES BOSCHI

— Merecimento

ELDO GEVEZIER

— Merecimento

JOÃO FARINHAK

— Merecimento

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/11/80

FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

LINEU MANSANI TURRA — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral :

PORTARIA N.º 658/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9712, de 13 de outubro de 1.980, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula n.º 387, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de outubro de 1.980.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/10/80

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

PORTARIA N.º 659/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9066, de 23 de setembro de 1.980, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, matrícula n.º 496, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de

1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar; e,
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 25 de julho de 1.980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (25%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/10/80
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSÓP
DIRETOR GERAL